

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

---

ATA da 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
ASSEMBLÉIA GERAL  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC  
26 DE SETEMBRO DE 2011

---

Aos vinte e seis dias (26) dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 5, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Vigésima Primeira Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente Prefeito Mário Reali (Diadema), com a presença dos Excelentíssimos Prefeitos Aidan Ravin (Santo André), Luiz Marinho (São Bernardo do Campo), José Auricchio Junior (São Caetano do Sul), Oswaldo Dias (Mauá), Clóvis Volpi (Ribeirão Pires) e Adler Alfredo Jardim Teixeira (Rio Grande da Serra). Presentes os assessores regionais de Diadema, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ausentes os assessores de Santo André e Mauá.

INÍCIO

O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em aprovação a ata da 20ª Reunião Ordinária, atendendo ao disposto no estatuto vigente.

PLANO PLURIANUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (2012/2015), LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ESTADUAL (2012) E PENDÊNCIAS RELACIONADAS AO GOVERNO ESTADUAL

O Presidente Mário Reali inicia o debate com o Secretário Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, Edson Aparecido, para discutir o Plano Plurianual 2012/2015, a Lei Orçamentária Anual 2012 e os encaminhamentos decorrentes do encontro realizado em 14 de junho, junto ao governo estadual. A reunião se inicia com o relato do encontro prévio entre o Secretário Executivo e o assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, Sr. Eduardo Odloak, também presente à Assembleia.

O Secretário Executivo relata que o Plano Plurianual (PPA) contempla duas ações especificamente destinadas à região, no âmbito da Secretaria de Transportes Metropolitanos: a implantação do Metrô Leve Guarulhos-ABC bem como o Expresso ABC, inseridos no programa que se refere à expansão, modernização e operação do transporte sobre trilhos ("PITU em marcha"), cujo valor global previsto é da ordem de R\$ 15 bilhões, destinados a um conjunto de 19 ações onde se incluem as duas acima mencionadas para a região do Grande ABC. Em relação aos demais itens da agenda prioritária do Consórcio junto ao governo estadual, destaca não haver menção específica no PPA. Secretário Edson Aparecido informa a necessidade de se aguardar o envio da Lei Orçamentária Anual pelo governo à Assembleia Legislativa.

Presidente Mario Reali abre a palavra aos demais prefeitos. Prefeito Oswaldo Dias ressalta a importância de se construir um terminal de ônibus intermunicipal na área central do município de Mauá, com o intuito de melhorar o trânsito nos bairros; o Secretário Edson Aparecido solicita que essa demanda seja ponto de discussão para o próximo orçamento estadual.

O Presidente Mário Reali inicia a verificação dos assuntos que avançaram junto às secretarias estaduais. Sobre os investimentos para compensação ambiental referentes ao Rodoanel, o prefeito Clóvis Volpi reitera a necessidade de se intervir junto à SPMAR, concessionária responsável pelos trechos Sul e Leste, e também à Artesp, para que as contrapartidas previstas sejam efetivamente cumpridas, já que o grupo de trabalho proposto pela agência reguladora não havia ainda sido constituído para dar sequência a esse tema junto às prefeituras afetadas. Presidente Mario Reali acrescenta a necessidade de se retomar as discussões sobre as rodovias que cortam o Grande ABC, conforme pedido já encaminhado por ofício à Artesp e Dersa. Secretário Edson Aparecido se compromete a agendar uma reunião envolvendo inicialmente a Artesp e o Consórcio, através do GT Mobilidade.

Em relação ao Plano Regional de Mobilidade, o Secretário Edson Aparecido informa que o processo teve sua minuta aprovada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, restando a finalização do processo em seus aspectos administrativos e jurídicos junto ao Consórcio, para a assinatura do convênio e liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 800 mil.

No que diz respeito à atualização dos mapas das áreas de risco, o Presidente Mário Reali lembra que o intuito do Consórcio Intermunicipal é incluir os sete municípios nesse processo, e que a proposta está sendo discutida entre a Diretoria de Programas e Projetos e o IPT para formatação e previsão de apoio financeiro no âmbito do PATEM (Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios), para envio formal ao Secretário Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Sr. Paulo Barbosa.

Sobre a pendência relacionada à inspeção veicular na região, o Presidente Mario Reali recorda que técnicos da CETESB avaliaram a necessidade da criação de uma lei específica, e que foi proposta pelo Consórcio a criação de uma Câmara Técnica junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, sendo já reiterado o pedido por ofício e encaminhada relação dos integrantes do Consórcio, mas não houve resposta do Secretário Bruno Covas. O Secretário Edson Aparecido informa que em conversa com o Secretário de Meio Ambiente, Bruno Covas, foi informado está ainda pendente a decisão sobre a necessidade da criação da lei, encarregando-se de reiterar o pedido do Consórcio sobre a Câmara Técnica.

O Prefeito Clovis Volpi solicita a palavra e informa ao Secretário Edson Aparecido que em 21 de agosto passado assinou o documento que determina a liberação de verbas para a compra de equipamentos do Hospital de Clínicas em Ribeirão Pires, mas o documento ainda não foi publicado no Diário Oficial, o que impediu até então a liberação dos recursos financeiros pelo governo estadual. Solicita a intervenção do Secretário Edson Aparecido para que os procedimentos administrativos sejam concluídos visando à referida publicação e posterior liberação dos recursos. Secretário Edson Aparecido se compromete a verificar junto à Casa Civil estadual o andamento desse processo. Prefeito Luiz Marinho questiona também em relação aos investimentos estaduais em saúde para o município de São Bernardo do Campo, relatando que os pleitos pendentes estão sendo debatidos junto ao secretário estadual, Giovanni Cerri.

Presidente Mario Reali lembra que o governo sinalizou positivamente sobre o atendimento às crianças de 6 anos na rede estadual, mas havia ainda a necessidade de atender à demanda por novas vagas de creches. Secretário Edson Aparecido registra que o governo estadual anunciava um programa específico para a referida ampliação

naquele mesmo dia, sendo necessária uma reunião específica entre a Secretaria Estadual e o GT Educação do Consórcio para apresentação do referido programa estadual e para verificar-se a possibilidade de enquadramento da região e atendimento do pleito.

O Prefeito Oswaldo Dias informa que o município já disponibilizou local para a construção do IML e Delegacia Seccional, aguardando o andamento dos processos junto ao governo estadual. Prefeito Luiz Marinho declara que a implantação de bases comunitárias fixas não resolveu de modo significativo a necessidade de atuação da Polícia Militar em ocorrências registradas nos municípios. Secretário Edson Aparecido acrescenta que o próprio aumento do efetivo anunciado pelo governo estadual não pareceu ter o efeito que se previa em relação aos indicadores e à população, que não sente esse aumento do efetivo no seu cotidiano. Presidente Mario Reali lembra que foi enviado ofício no mês de julho ao Secretário Estadual da Segurança Pública para dar andamento aos itens definidos na reunião sobre a Agenda Metropolitana para o Grande ABC, e o Consórcio não teve resposta até aquele momento. Prefeito Luiz Marinho acrescenta ainda o problema das delegacias que não funcionam mais em sistema de 24 horas, ampliando o sentimento de insegurança, criticando ainda a pressão da Polícia Militar pela implantação da atividade delegada na região. Prefeito Clóvis Volpi intervém concordando e lembra que foi o único a aprovar a implantação, mas a alteração de comando da PM interrompeu o processo, e pretende rever a definição anterior para o município de Ribeirão Pires. Secretário Edson Aparecido se compromete também a agendar uma reunião envolvendo os Prefeitos e o Secretário de Segurança Pública, para o esclarecimento dessas pendências e das demais questões definidas na reunião de 14 de junho entre a referida secretaria estadual e o GT Segurança Pública do Consórcio.

Acrescenta ainda a disposição do governo de apoiar o projeto regional de difusão da banda larga, propondo uma reunião específica junto à Presidência do Consórcio para avaliar as possibilidades de suporte pela esfera estadual. Reitera ainda os compromissos assumidos durante a presente Assembleia dos Prefeitos, a saber: 1) agendamento de reunião junto à Artesp para tratar das pendências relativas ao Rodoanel e rodovias; 2) solicitação de esclarecimentos junto ao Secretário Bruno Covas sobre a inspeção veicular e instalação da Câmara Técnica; 3) agendamento de reunião junto à Secretaria de Educação para apresentação do programa estadual de creches; 4) solicitação de esclarecimentos junto à Casa Civil sobre as pendências nos investimentos para a Saúde; 5) agendamento de reunião junto ao Secretário de Segurança Pública; 6) agendamento de evento para a assinatura do convênio referente ao Plano Regional de Mobilidade.

Retomando a discussão da Assembleia anterior sobre as disparidades econômicas entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, o Prefeito Adler Kiko Teixeira registra que a reunião proposta e agendada junto ao Secretário Andrea Calabi não ocorreu, necessitando ser remarcada e solicitando apoio do Secretário Edson Aparecido para esse novo agendamento. Prefeito Oswaldo Dias lembra ainda que a reunião do G100, grupo de 100 cidades em âmbito nacional com mais de 80 mil habitantes e receita per capita inferior a R\$ 1 mil (hum mil reais), estava confirmada para o próximo dia 28 de setembro em Brasília.

Por fim, o Presidente Mario Reali questiona ao Secretário Edson Aparecido se no caso do PPA o Consórcio deverá indicar as prioridades para 2012 e anos posteriores; o

Secretário sugere que sejam feitas as indicações com base no PPA, e quando enviado o orçamento à Assembleia Legislativa, retomar-se a discussão com base nas definições realizadas no encontro de junho entre Consórcio e Governo Estadual. Presidente Mario Reali agradece a presença do Secretário Edson Aparecido e de sua equipe, concluindo-se a discussão relacionada ao orçamento estadual e às pendências existentes junto ao governo do Estado.

### MOBILIDADE REGIONAL

O Diretor de Programas e Projetos, Sr. João Ricardo Caetano, relata a ausência da maior parte dos secretários municipais de transportes em reunião especialmente agendada junto à coordenação do GT Mobilidade para discutir possíveis intervenções integradas e imediatas para solucionar gargalos da mobilidade regional, bem como a implantação do programa de proteção ao pedestre (“Travessia Segura”). Destaca que o referido encontro foi convocado tendo em vista que as reuniões ordinárias do referido GT Mobilidade não contam com a participação dos secretários, que detêm o poder de decisão em relação aos assuntos debatidos, e as ações definidas para os dois temas necessitam do comprometimento dos responsáveis pela pasta em cada município. Prefeito Luiz Marinho destaca que a coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, tem poder de decisão no município de São Bernardo do Campo, mas dadas as ausências dos secretários municipais entende que a referida reunião deveria ser reconvocada para que sejam debatidos os dois temas em pauta, sendo apoiado pelos demais prefeitos. Determina-se à Secretaria Executiva reconvocar os secretários municipais de Transportes para a realização da reunião específica.

### PLANO REGIONAL DE MOBILIDADE

Dando sequência, o Presidente Mario Reali coloca em aprovação a minuta do convenio entre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e o governo estadual, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia que prevê a destinação de recursos para a contratação do Plano Regional de Mobilidade oriundos do Programa de Fomento ao Desenvolvimento Regional. O governo estadual apoiará o projeto com R\$ 800 mil, tendo uma contrapartida do Consórcio Intermunicipal Grande ABC de R\$ 200 mil, totalizando R\$ 1 milhão (um milhão de reais) destinados à realização do referido Plano Regional de Mobilidade. A proposta foi aprovada por unanimidade, determinando-se à Secretaria Executiva encaminhar cópia da presente ata à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia para que se possa realizar a assinatura do convênio com brevidade.

### NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON

A coordenadora do GT Procon Regional, Sra. Ana Paula Moraes Satcheki (Santo André), inicia a apresentação da proposta de constituição do Núcleo Regional de Fiscalização no Grande ABC (anexa), com caráter complementar aos convênios municipais já existentes, visando à criação de uma estrutura com capacidade para fiscalizações de caráter e impacto regional, e com potencial de arrecadação de recursos adicionais para o Consórcio e os municípios, através de receitas oriundas da fiscalização que não estão sendo alcançadas atualmente. Do mesmo modo, destaca que um núcleo de fiscalização regional estruturado através do Consórcio teria condições de realizar ações de impacto para os consumidores nos sete municípios, aglutinando o poder da

entidade regional perante empreendimentos em situação inadequada face ao Código de Defesa do Consumidor. A coordenadora apresentou os resultados atualmente alcançados pela atuação municipal, com valores bastante reduzidos frente ao que poderia ser alcançado. Dada a necessidade de investimento inicial do Consórcio, o Presidente Mário Reali questiona sobre a estimativa de recursos necessários para financiar a estrutura proposta; Prefeito Oswaldo Dias questiona ainda sobre a capacidade de gestão do Consórcio para a atividade proposta, a necessidade de reforço do corpo jurídico da entidade, o papel dos fiscais previstos para o núcleo regional e o caráter complementar ou substituto do núcleo regional proposto em relação ao serviço existente nos municípios. A coordenadora do GT Procon informa que o núcleo teria papel complementar, e não substituto; avalia que a fiscalização através do Consórcio teria um poder maior junto a empresas com operação em diferentes municípios, unificando também a intervenção regional; e sugere que a implantação do núcleo regional poderia se dar mediante um contrato de programa específico, contemplando também o ingresso de receitas. Prefeito Luiz Marinho solicita esclarecimentos sobre a distribuição dos recursos oriundos das fiscalizações regionais. Secretário Executivo informa que a proposta inicial do GT Procon significava uma distribuição compartilhada entre o Consórcio (15%) e as sete prefeituras (35%), da parcela de 50% destinada ao órgão de fiscalização pela Fundação Procon estadual, colocada também para apreciação da Assembleia. Presidente Mario Reali solicita que os demais prefeitos conversem com os responsáveis pelos serviços do Procon nos respectivos municípios sobre a proposta, e solicita ao GT Procon que apresente em nova Assembléia os valores demandados para rateio de um futuro contrato de programa bem como estimativas da arrecadação resultante, para apreciação e deliberação dos Prefeitos.

#### PROPOSTA DE DOCUMENTO REGIONAL PARA LICENCIAMENTO DE PRIS

O Diretor de Programas e Projetos, Sr. João Ricardo Caetano, apresenta proposta de documento (anexo) para licenciamento de PRIS (Programas de Recuperação de Interesse Social), dando sequencia aos encaminhamentos definidos em Assembleia anterior. O documento questiona os critérios e definições da Secretaria Estadual de Meio Ambiente em relação ao referido licenciamento, bem como apresenta propostas específicas do Consórcio sobre o tema. Presidente Mario Reali propõe aos demais prefeitos a aprovação e o envio do referido documento ao Secretário Bruno Covas, tendo a concordância por unanimidade.

#### INFORMES

1. Realização da 2ª Conferência Regional do Trabalho Decente, no próximo dia 04 de outubro no auditório do Consórcio, com a participação dos governos federal e estadual e da Organização Internacional do Trabalho.
2. Realização do seminário internacional sobre "Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso", com a apresentação de experiências do Chile, México, Estados Unidos e Alemanha, evento em parceria com o IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente, nos próximos dias 19 e 20/10, no teatro da USCS.
3. Apresentação do calendário para a formação do Conselho Consultivo, de 27 a 29 de setembro.

4. Participação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC em missão técnica sobre mobilidade urbana e sistemas inteligentes de trânsito, a convite do governo norte-americano, de 8 a 20 de outubro, através da Sra. Sandra Malvese, técnica da Diretoria de Programas e Projetos, que substituirá a coordenadora do GT Mobilidade, Sra. Andrea Brisida, originalmente indicada pela Presidência do Consórcio.
5. Previsão de lançamento do Fórum Regional de Prevenção à violência e de apoio à Campanha Nacional do Desarmamento, dia 20 de outubro, às 10h.
6. Visita da Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no próximo dia 31 de outubro, às 14h, para apresentação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos.
7. Apresentação de pleito do GT Automotivo ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior solicitando a participação do Consórcio Intermunicipal no Conselho Setorial da Indústria Automotiva, previsto para o acompanhamento da política industrial para aquele setor em âmbito nacional, aprovada pelos prefeitos.
8. Acesso ao Sistema de Alerta de Inundações do governo estadual (SAISP), já liberado pelo DAEE através de senhas para os integrantes do GT Defesa Civil e do próprio Consórcio.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h00, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-

Região do Grande ABC, em 26 de setembro de 2011.

Prefeitos signatários, presentes na 21ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI  
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC  
Prefeito do Município de Diadema

AIDAN RAVIN  
Prefeito do Município de Santo André

LUIZ MARINHO  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

JOSÉ AURICCHIO JÚNIOR  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS  
Prefeito do Município de Mauá

CLÓVIS VOLPI  
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 21ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.